

EDUCAÇÃO E POLÍTICA NOS ANOS 1930

Luiz Carlos Bento¹

RESUMO

Este artigo busca analisar as disputas ideológicas entorno das questões educacionais na década de 30 visando situar num primeiro momento o processo de institucionalização do poder, ocorrido no país a partir da crise do liberalismo no final do século XIX, objetivando compreender a ação dos intelectuais neste processo. Dessa forma, buscamos demonstrar que as disputas intelectuais da década de 20 culminaram no desenvolvimento de um projeto político de cunho centralizador e autoritário que permeava os campos político e educacional, dando as condições de possibilidade para a implantação e a sustentabilidade do poder de Getúlio Vargas na década de 30. Ao longo do texto serão traçados alguns desdobramentos da relação entre educação e política, intelectuais e poder, bem como autoritarismo e estado neste período, buscando caracterizar os bastidores e as origens de questões que se tornaram centrais para a elite política e intelectual na década de 30.

PALAVRAS CHAVES: Educação, Política, Intelectuais e Poder.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the ideological disputes around educational issues in the 30 in order to be in the process of institutionalization of power occurred in the country from the crisis of liberalism in the late 19th century, aiming to understand the action of intellectuals in this process. In this way, we seek to demonstrate that the intellectual disputes of the 20 culminated in the development of a political project of centralizing and authoritarian nature that permeated the political and educational fields, giving the conditions of possibility for the implementation and sustainability of Getúlio Vargas in the 30. Throughout the text are outlined some developments of the relationship between education and politics, intellectuals and power, as well as authoritarianism and State in this period, seeking to characterize the backstage and the origins of issues that have become central to the political and intellectual elite in the 30.

KEYS-WORD: Education, politics, Intellectuals and power.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre a importância política da educação no contexto de modernização do Estado brasileiro, ocorrida no período de 1930 a 1945. Os anos 30 foram marcados pelo colapso do liberalismo em várias regiões do mundo. E entendemos que no Brasil, não foi diferente. A crise do modelo liberal propiciou a reordenação do Estado por meio da burocratização e verticalização das relações entre Estado e sociedade, criando um novo sentido para a unidade nacional. Analisar este período da história

¹ Doutorando em história pela Universidade Federal de Goiás e professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

brasileira significa mergulhar em um universo marcado por inúmeras correntes sociais que buscavam formas de se legitimar politicamente.

As transformações ocorridas na sociedade foram acompanhadas por modificações no terreno da política e da educação. Por esta via, a educação se tornou um espaço privilegiado para a construção de uma linguagem, entendida como cultura, formadora dos indivíduos para “o novo Estado e a nova sociedade” que se pretendia construir. A necessidade de formar um “novo homem”, adaptado ao espaço urbano e portador de um saber técnico-científico, visava suprir as novas necessidades advindas do processo de modernização.

A partir do contexto acima esboçado, procurou-se, inicialmente, sistematizar a análise de modo a situar o processo de institucionalização do Estado, nos anos 30, com base no acompanhamento do debate historiográfico. Nessa direção, tratou-se de avaliar a atuação do movimento conservador no processo de institucionalização do poder, situando a importância do movimento católico que teve destacada participação na defesa do conservadorismo.

O debate sobre a educação, nesse período, nos permite compreender, com maior clareza, um fenômeno político que Alcir Lenharo (1996) nomeou como “sacralização da política”. Para ele, esse fenômeno se expressou pela vitória do pensamento conservador católico que, impondo as suas convicções políticas no terreno da educação, garantiu a proeminência do movimento católico leigo na política brasileira.

A preocupação principal deste artigo é refletir sobre a importância conferida a educação no contexto das disputas políticas dos anos 30, buscando compreender e situar a importância de Gustavo Capanema como articulador de uma síntese conservadora da educação brasileira. Síntese que repercutiu fortemente nas políticas de consolidação de um modelo de Estado centralizado e burocratizado no Brasil.

1.0 ANOS 30: EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Neste artigo, buscar-se-á refletir sobre questões avaliadas como fundamentais para a compreensão do debate que se instaura em torno do processo de institucionalização do poder na década de 30. Compartilha-se da idéia de que o Estado que emerge a partir da

crise do liberalismo procurou, por meio da organização e do gerenciamento de projetos políticos de formação da nacionalidade, uma via para legitimar as suas práticas políticas.

Entre 1930 e 1945, de acordo com Sérgio Miceli, ocorreu no Brasil um processo de centralização autoritária que redefiniu os canais de acesso e de influência dos interesses regionais junto ao poder central. A construção desta burocracia estatal alterou significativamente os mecanismos administrativos e ampliou de forma visível o número de instituições políticas (MICELI, 1979).

A partir de 1930, sobretudo, depois de 1934, com a nomeação de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação e Saúde Pública, a educação passou a ser o lócus por excelência dos debates que envolviam os projetos políticos de formação da nacionalidade, de consolidação do território e da cultura nacional. Nesse contexto, contando com a atuação de alguns dos maiores intelectuais do período, o Ministério da Educação promoveu mudanças na forma de conduzir as questões relativas à educação. O significativo crescimento do mercado editorial, que se fez sentir nos campos de produção de livros didáticos e de obras literárias, revela uma nova dinâmica política. Dinâmica que englobou os interesses da indústria cultural associados à ideologia nacionalista.

A fim de abandonar, ainda que parcialmente, as práticas tradicionais do clientelismo da República Velha, Vargas empreendeu a criação de novos canais de acesso ao poder e de novas formas de relação com as massas. Ao fazer isto, ele redefiniu as regras do jogo político. Entretanto, a eleição marcada para 1938 sinalizava riscos indicando a possibilidade de retorno dos grupos político que foram depostos durante o período revolucionário.

O golpe, que resultou na proclamação do Estado Novo, colocou em primeiro plano o poder dos militares, mas é inegável que, ao lado do forte aparato repressivo, o regime conquistou enorme capacidade de produção de consensos. O êxito da dominação varguista se fazia muito mais no nível simbólico do que no nível militar. Esta dominação, baseada em uma coerção simbólica, dependia da criação e da afirmação de uma visão positiva e legitimadora do Estado, exigindo dos analistas um olhar mais cuidadoso em relação à educação, pólo estratégico para a consolidação do regime.

Uma característica quase sempre presente em um Estado centralizado é a tentativa de criar laços sociais de pertencimento, necessários para que os indivíduos se sintam representados pelo Estado. Neste sentido, a ideologia varguista afirmou-se a partir da naturalização da política, característica própria das doutrinas corporativistas. Não se trata de identificar o regime varguista com o fascismo, embora seja visível a circulação de uma cultura fascista a partir dos anos 1930. O Estado Novo foi mais do que mera imitação do fascismo, pois a sua composição heterogênea e as especificidades da sociedade brasileira demarcavam diferenças essenciais em relação aos modelos europeus.

No contexto político dos anos 30, era fundamental para qualquer grupo político, que pretendesse se fixar no poder, conseguir produzir uma legitimidade para sua condição política. Esta legitimidade consiste no fato de poder impor aos demais indivíduos a identificação com uma vontade externa, construída a partir de um discurso político, e não por relações sociais no interior dos grupos. Essa legitimidade, fundada no discurso político, representou uma novidade e ambicionava impor-se em todos os cantos do país.

O objetivo primordial de qualquer arranjo político, independente de suas vinculações sociais, é, inegavelmente, obter a hegemonia. As reflexões clássicas de Weber foram fundamentais para se conceber no plano conceitual a prática que dá sentido a dominação. Pensando com base nesse autor, entende-se que a dominação é uma situação de fato em que uma vontade manifesta, um “mandado” do “dominador” (ou dominadores), quer influenciar as ações de outras pessoas e as influencia de tal modo que suas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do “mandado” a máxima de suas ações no mundo. Para Weber, isto resultaria na “obediência”, algo que é indispensável para a manutenção de qualquer poder de mando e, nos estados modernos, realiza-se na forma de obediência às leis e ao Estado (WEBER, 1999).

Essa prática, que Weber denomina de organização, entrou definitivamente na história política brasileira ao longo dos anos de 1930. Nesse período, o Estado assumiu como prática a organização sistemática do poder, respaldando essas ações em uma moderna burocracia estatal, fundamento de sua legitimidade. A efetividade do poder burocrático

exigiu a redefinição de regras, normas e condutas sociais capazes de favorecer a legitimidade de suas ações.

O Estado varguista buscou construir uma legitimidade para sua situação política por intermédio da construção de um novo aparato burocrático e de novas formas de relação com o povo – fonte da qual emana a legitimidade de um governo. Seguindo as definições de Weber, é possível afirmar que este comportamento político, ocorrido no Brasil nos anos 30, se deve a uma necessidade geral de todo poder – e, até mesmo, de toda oportunidade de vida – que é se auto-justificar de modo a criar um discurso capaz de legitimar-se.

Uma simples observação histórica mostra que, quando existem contrastes de situações econômicas entre pessoas, aquele que se encontra em uma situação mais favorável sente a necessidade incessante de legitimar o poder que o privilegia. Em outras palavras, estrutura-se a “lenda” de que cada indivíduo tem o destino que merece. De acordo com Weber, se a referida “lenda” não se presta à explicação da realidade histórica desigual, cumpre, no entanto, o papel de legitimar as diferenças historicamente constituídas.

Em um período marcado pela tentativa de institucionalização burocrática do poder, um número considerável de intelectuais encontrou condições materiais e institucionais para conciliar seus encargos no serviço público com seus projetos intelectuais. A convergência de interesses fez com que, posteriormente, o próprio Estado se tornasse uma instância decisiva de difusão e consagração de obras produzidas por este grupo de intelectuais “funcionários” (MICELI, 1979).

A Era Vargas nunca produziu uma doutrina oficial única. No decorrer do Estado Novo, distintos enfoques políticos partilhavam da mesma matriz ideológica fundada na proeminência do poder central diante de uma frágil sociedade civil, diagnóstico marcado pelos movimentos de conciliação e reforma tão presentes na vida política brasileira (OLIVEIRA, 1982). Os intelectuais que atuaram na linha de frente da ideologia do regime transformaram a educação num espaço de poder, disputado tanto por liberais como pelos distintos setores do pensamento conservador, este representado pela direita católica e pelos integralistas.

Neste contexto, formula-se a concepção de “cultura brasileira” (MOTA, 1978), que se constitui em uma rede de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos.

Esta rede estava nas mãos de intelectuais que atuavam, direta ou indiretamente, como ideólogos do regime, instituindo uma relação associativa marcada pelo mutualismo político.

2.0. Autoritarismo e Estado

Elisa Pereira Reis analisa a constituição da nação como ideologia política, atenta, sobretudo, ao processo político republicano. Nessa direção, enfatiza o experimento autoritário da Era Vargas, cuja característica central residiu na montagem de uma estrutura nacional que se impôs ao fracionamento característico da Primeira República. Segundo a autora, a construção da nação, enquanto ideologia política do moderno Estado nacional envolve uma representação ideal da sociedade a ser organizada. Por essa razão, abarca a dimensão simbólica das práticas políticas ordenadoras de um Estado que se fez presente nacionalmente ao impor ao país uma densa rede burocrática, além de um projeto ideológico fundado na integração do território (REIS, 1988).

Durante o período da Primeira República, o poder do centro burocrático representava, principalmente, uma afirmação simbólica da ordem pública, uma vez que na prática a maioria da população continuava a prestar lealdade aos coronéis, detentores privados do poder. Ou seja, os proprietários rurais mantinham a hegemonia política sustentada no mandonismo regional. Isto gerou empecilhos para o desenvolvimento de uma identidade nacional e de um Estado centralizado no Brasil. A maioria da população não tinha qualquer identificação com uma unidade territorial mais ampla do que os domínios de um latifúndio. Lealdades pessoais, compromissos locais e autoridade privada continuaram a fazer parte da vida cotidiana da população.

O dilema da centralização, vivido desde o século passado, foi atualizado no contexto republicano a partir da emergência do pensamento autoritário, ainda nos anos 20. Com a revolução de 1930, definiu-se um projeto centralizador em que a presença se fez sentir no âmbito da educação e da saúde:

Os pioneiros da Saúde e da Educação, a despeito de toda a pertinência de seus diagnósticos, da clareza de suas interpretações e de seu agudo senso crítico, não conseguiram vislumbrar uma política que não passasse pela unicidade de procedimentos, pela formalização universalizante, o que teve como consequência o processo básico e incontrolável de centralização burocrática (BOMENY, 1993, p. 5).

No que diz respeito as avaliações sobre a Primeira República, estabeleceu-se a crença, por quase todos compartilhada, de que os direitos políticos liberais não se efetivaram no contexto brasileiro dominado pelas oligarquias. Fundamentados nessa crença, os críticos desse contexto republicano se propuseram a construir uma concepção diferente de sociedade na qual a coleção de indivíduos defendida pelo liberalismo deveria ceder lugar a um “indivíduo coletivo”, um todo orgânico nacional tutelado pelo Estado.

Como observou Lamounier (1977), a produção intelectual dos opositores da “República Velha” apontava para a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade. Este elemento constitui a base do autoritarismo em suas mais variadas vertentes. O autor caracteriza esse projeto autoritário como uma “ideologia de Estado” de forma a contrastá-la com a ideologia de mercado do liberalismo clássico.

Um aspecto importante a ser observado é que, em meio aos opositores da República Velha, se desenvolveu, aos poucos, uma visão alternativa da nação, fundamentada em premissas corporativistas, desafiando a concepção liberal-burguesa de sociedade. A autoridade do Estado sobre o mercado, postulada pela ideologia autoritária, não encontrava afinidade eletiva com os interesses econômicos dominantes. Contudo, revelou enorme capacidade de agregação social no momento em que o liberalismo demonstrou, em escala mundial, sua incapacidade de responder as crises inerentes ao sistema capitalista.

Na nova concepção política vigente a partir de 1937, a democracia dos partidos constituiu uma ameaça permanente à unidade nacional². Segundo Elisa Pereira Reis, foi com base nesse discurso que Vargas passou a clamar por respaldo da nação para que fosse possível consolidar o projeto de institucionalização de um governo forte, de paz, de justiça e de trabalho, que, na perspectiva autoritária, faria a política servir aos requerimentos econômicos da nação. Nesse contexto, Vargas argumentava que apenas um Estado forte poderia impedir a divisão que ameaçava a sociedade todas as vezes que os interesses de classe se manifestavam. Pois, o Estado, o guardião do interesse nacional, deve supervisionar as ações sociais e programar sua harmonia social (REIS, 1988). Em linhas

² Discurso proferido por Getúlio Vargas, em 1937, no ato de consolidação do Estado Novo e de apresentação dos novos moldes da política brasileira, transcrito em Skidmore (1973).

gerais, o que se pretendia era substituir as bases do liberalismo por uma política de cunho paternalista e centralizadora.

O pensamento conservador passou a condenar, desde os anos 20, a separação, defendida pelo liberalismo clássico, entre a economia e a política como artificial e nociva para a sociedade brasileira. Dando ênfase a essas críticas, os grupos sociais, que alcançaram a hegemonia após 1930, transmitiram para o Estado a responsabilidade de promover a solidariedade e a paz social. A ideologia autoritária criticava de forma veemente a igualdade fictícia entre os indivíduos, sustentada pelo liberalismo. Na perspectiva do pensamento conservador, a nação é representada como um “indivíduo coletivo” que deve ser simultaneamente uma entidade política e econômica.

Para conciliar essa imagem da nação com a lógica individualista do capitalismo, combatido pelo pensamento conservador brasileiro, foi necessário projetar mecanismos complexos de integração social. A solução encontrada pelos partidários da proposta conservadora apresentou certa semelhança com as conceitualizações elaboradas por Durkheim para o problema da solidariedade na sociedade individualista moderna, caracterizada pela solidariedade orgânica. O modelo de tipo corporativista, que nos anos 30 se colocava como alternativa à concepção liberal burguesa da representação política, vinculava os direitos políticos não aos indivíduos isoladamente, mas sim aos membros de profissões específicas. Dentro da lógica do corporativismo o que qualifica um cidadão como tal é sua vinculação particular ao processo produtivo, e não sua condição universal de membro da espécie em um território particular. Ou seja, o indivíduo seria definido mecanicamente pela sua função no meio social.

Em termos de construção do Estado, a expansão do aparato burocrático e militar, durante o período aqui estudado, aponta claramente para um processo de expansão e centralização do poder público, que irá culminar em uma maior racionalização da administração pública no país. A compra de modernos equipamentos militares e a melhoria dos programas de treinamento contribuíram significativamente para o fortalecimento das Forças Armadas. Ressalte-se, ainda, que além dos avanços no sentido de um controle mais rígido sobre os meios de defesa, coerção e violência, o Exército se envolveu efetivamente nas atividades políticas.

A criação do Conselho de Segurança Nacional, que congregava o poder executivo e as forças armadas, assumiu um papel crucial nos processos de tomada de decisão. Segundo Sergio Miceli, esse Conselho foi a expressão mais óbvia de que o conceito de segurança nacional tinha se ampliado de modo a absorver questões relativas à educação e a economia. Absorção que se apresentou como necessária na medida em que estes dois campos poderiam colocar em risco a tão sonhada estabilidade da política brasileira. Essa vasta reforma administrativa propunha incrementar a racionalidade do serviço público e, simultaneamente, neutralizar os traços patrimoniais herdados do passado.

O crescimento da burocracia pública contribuiu para reforçar a posição do Estado como empregador na medida em que servia como uma via importante para a incorporação política da classe média através do emprego. O Estado, na perspectiva de Sérgio Miceli, atuava como avalista da coalizão de poder, acomodando as elites agrárias tradicionais e o setor industrial emergente. O poder das oligarquias rurais derivava, em ampla medida, da continuidade das relações sociais de produção no campo, as quais mantinham a força de trabalho fora da arena política (MICELI, 1979).

Por sua vez, as elites industriais se beneficiavam das políticas econômicas promovidas pelo Estado, que lhes propiciavam incentivos e barreiras protecionistas frente aos competidores externos. Além disso, contavam ainda a seu favor com uma série de investimentos públicos em áreas estratégicas, tais como serviços de infra-estrutura e produção de aço. Finalmente, o Estado afirmava sua posição de avalista da aliança de poder graças a um padrão particular de incorporação política dos setores populares urbanos.

A rota política que se abriu para os trabalhadores urbanos foi, essencialmente, a dos direitos sociais, tal como transparece de forma bem clara a extensa legislação trabalhista que introduziu direitos básicos como: salário mínimo, licença de saúde, assistência médica e aposentadoria. Simultaneamente, a lei subordinava as associações dos trabalhadores ao estreito controle e supervisão do Estado. Essa forma tutelada de incorporação assegurou um padrão de relacionamento estável entre o capital e o trabalho. Deste modo, garantiu, também, um elevado grau de autonomia do Estado frente aos interesses econômicos dominantes.

A Construção da imagem de uma autoridade paternal que promovia a paz, a prosperidade e a nacionalidade, assinalava a consolidação de uma ideologia autoritária, inerente à dinâmica deste modelo de Estado nacional. Nesse contexto, o aspecto de dominação de classe do capitalismo autoritário tornava-se de certa forma opaca, ao mesmo tempo em que o Estado expandia *de fato* sua autonomia política (ALVES, 2002).

A reflexão em torno do ano de 1930 impõe a necessidade de trazer à discussão a natureza e a abrangência do próprio conceito de revolução, que repetidas vezes é utilizado no intuito de descrever os processos de transição social e político ocorridos no Brasil a partir dessa data. Acredita-se que este conceito não seja representativo deste período, pois se mostra incapaz de objetivar e esclarecer esse complexo jogo político, marcado pela conservação e a reforma.

Fundamentado na análise dos processos anteriormente descritos, observa-se que houve um processo de rupturas. Contudo, entende-se que essas rupturas estão dentro da velha lógica descrita por Luiz Werneck Vianna como “modificar conservando”, que faz parte da história política brasileira. Na perspectiva de Vianna, nunca houve no Brasil, de fato, uma revolução, e, no entanto, sempre se fala nela, como se tivesse existido. Pois, sobretudo aqui

Qualifica-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 30, Revolução de 64, todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação, para bem cumprir o seu papel, necessita reivindicar o que deveria ser o seu contrário (a revolução). Nesta dialética brasileira em que a tese parece estar sempre se autonomando como antítese, evitar a revolução tem consistido, de algum modo, na sua realização (VIANNA, 1997, p. 12).

Luiz Werneck Vianna define o Brasil como sendo o lugar por excelência da “revolução passiva”, onde todas as transformações sociais e políticas são resultados de um (re)arranjo e um (re)ordenamento do passado em novos termos. Contudo, esses (re)arranjos e (re)ordenamentos ocorrem sem romper com os elementos centrais das estruturas anteriores e sem grandes alterações das condições políticas das elites. Essa percepção torna-se importante para os objetivos desse trabalho, pois, será a partir de uma reflexão semelhante que se pretende pensar a idéia da conciliação e da reforma no contexto educacional dos anos 30. Sendo assim, o termo revolução torna-se inadequado aos propósitos deste estudo na medida em que se refletirá sobre uma síntese

conservadora da educação e da política brasileira, forjadas nos termos de uma legítima “revolução passiva”.

3.0. Os intelectuais como protagonistas políticos

O Estado Nacional, mesmo sendo um fenômeno histórico recente, incorporou uma série de elementos anteriores que criaram a impressão de um passado imemorial. Ao fazer isto, naturalizou suas origens históricas e inventou para si próprio uma tradição capaz de legitimá-lo, garantindo, desta forma, a sua viabilidade político-institucional.

Por “tradição inventada”, entende-se, a partir da definição clássica de Hobsbawm, o conjunto de práticas, normas reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas pela comunidade. Essas práticas podem ser de natureza ritual ou simbólica e visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma relação de continuidade com o passado (HOBSBAWN, 1984).

Os debates sobre os possíveis destinos da Nação brasileira foram temas que chamaram atenção dos intelectuais ao longo do século XIX. Durante o período Imperial, a política era o território privilegiado para garantir a inserção do Brasil no quadro dos países civilizados. A grande pretensão do Império era civilizar a população brasileira por intermédio de padrões europeizados de cultura. No século XX, sobretudo no período que se estende entre a Primeira Guerra e o Pós-Guerra, desenvolveu-se, entre os intelectuais, uma espécie de nacionalismo militante que chamava para si a responsabilidade da “salvação nacional”. Salvação que seria concretizada a partir da formação de um Estado nacional capaz de promover a civilização das populações brasileiras (MICELI, 1979).

Os anos vinte foram marcados por uma profunda efervescência cultural. As transformações iniciadas no continente europeu devastado pela Guerra repercutiram profundamente no Brasil. A vanguarda intelectual brasileira iniciou a ruptura com as concepções de uma Europa culturalmente coesa. A Guerra mostrou que existiam diversas Europas, umas decadentes e outras modernas. Essa percepção surtiu grande impacto no Brasil de modo a impulsionar a renovação intelectual, marcada pela semana de Arte Moderna de 1922.

O movimento modernista brasileiro teve duas fases distintas. Nos primeiros anos, seguiu um caráter claramente universalista, inserindo o Brasil nos quadros da

modernidade. Na chamada segunda fase modernista, por volta de 1924, o movimento aprofundou os elementos nacionalistas e regionalistas em oposição ao universalismo dos primeiros tempos. Nesta fase do movimento modernista, intelectuais agrupados em torno de movimentos como o Manifesto Pau-Brasil, o Verde-Amarelo, o Anta, entre outros, tinham a pretensão de romper com os padrões culturais importados e propor a valorização da cultura nacional.

O Brasil deveria encontrar a sua inspiração interior. Pois, o Brasil litorâneo padecia pela precariedade de uma civilização importada, que pouco tinha a ver com a realidade brasileira. Em outras palavras, a síntese do Brasil perfeito seria a fusão harmônica do litoral com o sertão. A semelhança entre esta pretensão modernista e o discurso modernizador de Getúlio Vargas, por meio do ideal da Marcha para o Oeste, não é mera aparência. Os ideólogos do Estado Novo apropriaram-se de alguns elementos do discurso modernista. Com isto, tinham a pretensão de identificar no movimento modernista o prenúncio do Estado Novo. A literatura regionalista, a Geografia e a História foram utilizadas como elementos fundamentais do discurso de Vargas para romper com o esquema de interpretação da realidade nacional sustentada na premissa dos dois Brasis, em que as categorias litoral e sertão apresentavam-se de forma excludentes (PEDREIRA, 1993).

A construção da pátria brasileira passou a ser vinculada à consolidação do território nacional a partir da fusão harmônica do litoral com o sertão, anunciada pela expansão das fronteiras. A elite intelectual, vinculada ao Estado Novo, criticava o modelo liberal e os princípios federalistas. Essas críticas tinham o intuito de elaborar novas concepções que fossem capazes de combinar a realidade histórica do país com um projeto de “salvação nacional”.

Para Francisco Campos, um dos intelectuais que exerceram grande influência política no período, somente um Estado portador de uma ideologia “específica e precisa” desenvolveria a grande missão pedagógica e técnica em torno de um eixo ideológico definido. Via-se na afirmação desse eixo ideológico a garantia de uma eficácia ímpar no esforço de condução das massas nacionais. Para Campos, e a maioria dos representantes do

conservadorismo, o Estado tem que educar e conduzir as massas através da criação de uma simbologia que identifica o regime com a figura do chefe.

O irracional é o instrumento da integração política total e o mito, que é sua expressão mais adequada, a técnica intelectual de utilização do inconsciente coletivo para o controle político da nação. O domínio da irracionalidade pressupõe, conseqüentemente, o da ininteligibilidade, condição essencial da unificação das massas entorno de um mito que se corporifica na figura de um chefe (CAMPOS apud SCHWARTZMAN, 1984, p. 63).

Segundo os intelectuais conservadores, a realidade política contemporânea deveria caminhar para regimes de autoridade, necessários para inverter a era de liberdade e individualismo, decorrente das revoluções burguesas. A argumentação de Francisco Campos, acerca da eclosão das massas e da necessidade política de sua manipulação por um chefe, está embasada, teoricamente, nas reflexões desenvolvidas por Mihail Manoilescu no campo da ciência política. Nota-se no pensamento de Francisco Campos, bem como no pensamento de parte significativa dos intelectuais conservadores brasileiros, a influência da obra de Manoilescu, intitulada *O Século do Corporativismo: doutrina do corporativismo integral e puro*. O livro foi traduzido no Brasil em 1938, dois anos antes da publicação da mais importante obra de Francisco Campos, *O Estado Nacional*.

O Estado Novo ofereceu a possibilidade de participação efetiva dos intelectuais na história política brasileira. Nas palavras de Alcir Lenharo,

O Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade [...] com o fim de efetivar o poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização do discurso do poder, particularmente ideológico. (LENHARO, 1986, p 26).

O ideal nacionalista estabeleceu o princípio do destino comum entre todos os membros de uma nação. O discurso do poder pretendia criar um sentimento de co-participação do povo brasileiro capaz de estabelecer uma unidade ético-cultural, política e econômica. Vargas pretendia construir uma nação brasileira desenvolvida, integrada e irmanada pelo sentimento de nacionalidade. Este sentimento deveria ecoar de todos os cantos, até mesmo das regiões mais distantes e remotas do Brasil.

No campo da memória coletiva, esboçara-se, anteriormente, uma perspectiva de síntese da história nacional, agregando a experiência monárquica e republicana nas comemorações do centenário da independência. A pacificação da memória foi obra dos Institutos Históricos herdada pelo governo Vargas, que inaugurou o mausoléu, em

Petrópolis, onde se encontram os corpos dos ex-imperadores. A construção de um “imaginário nacional” aproximou Vargas de D. Pedro II como representação de matrizes distintas de um mesmo projeto: a nacionalização do Brasil (SANDES, 2000).

Esta memória nacional, naturalizada e difundida em meio a diversos grupos que formavam a nação, era o instrumento ideológico capaz de produzir o desejado sentimento de pertencimento nacional, tão caro ao pensamento nacionalista brasileiro. Esta preocupação evidencia a importância da atuação dos intelectuais no campo das produções simbólicas em torno da educação.

No século XX, em especial durante a era Vargas, a educação assumiu o papel desempenhado pela política no século XIX. A centralidade do debate em torno da educação decorreu das expectativas de que ela seria o lugar por excelência onde as possibilidades de desenvolvimento para o país seriam traçadas e aplicadas à sociedade. A educação foi elevada a um status de importância singular na história do país, visto que, para setores importantes da intelectualidade, era neste âmbito que as mazelas da sociedade brasileira deveriam ser solucionadas.

Em função desta virada de interesses, a educação, na década de 30, tornou-se uma questão de segurança nacional, passando a desempenhar dois papéis importantes e de naturezas distintas. Do ponto de vista político, ela se tornou uma preocupação nacional e, do ponto de vista privado, ela se tornou uma importante área econômica a ser explorada pela indústria cultural. Isto explica, em certo sentido, a grande expansão do mercado editorial no período.

Esse processo de institucionalização da administração pode ser evidenciado claramente quando atentamos para o grande número de instituições³ que foram criadas e que entraram em vigor ao longo desse período. Esse grande número de instituições, colocadas a serviço da administração pública, demonstra um processo crescente de racionalização do aparato político administrativo empreendido pelo poder central. O Estado

³ De acordo com Sergio Miceli, foram construídos, nesse período, os Ministérios da Educação e Saúde Pública, Trabalho, Indústria e Comércio, todos criados em 1930, e o da Aeronáutica, criado em 1941. Além destes, foram criados uma série de organismos diretamente vinculados à Presidência da República: Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), Departamento de Imprensa e Propaganda (1939), Conselho Federal do Comércio Exterior (1934), Conselho de Imigração e Colonização (1938), Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939) e o Conselho de Segurança Nacional (1939).

transforma-se por esta via, na instância superior de legitimação das competências ligadas ao trabalho cultural, técnico e científico.

De acordo com Sérgio Miceli, embora não se possa afirmar a formação de um monopólio de certas carreiras, constata-se que os intelectuais se concentravam em cargos que possuíam padrões salariais mais elevados e que contavam com mais regalias e vantagens na hierarquia burocrática. Os intelectuais foram cooptados para o exercício de diferentes funções: como funcionários em tempo parcial, como prestador de serviços de consultoria, como ocupante de cargos de confiança junto ao Estado Maior.

Para Miceli, o traço mais característico da contribuição desta elite intelectual e burocrática reside nas diversas frentes nas quais se desdobravam as suas atuações, políticas e culturais. Os intelectuais assumiam a responsabilidade de conservar, difundir e manipular a herança cultural da nação brasileira. Deste modo, atuaram como porta-vozes do poder e desempenharam uma função que a “literatura”, de inspiração gramsciana, denomina de “ideólogos do poder”, pois trata se da transmissão de um discurso que representa os interesses hegemônicos da elite.

Para se ter uma idéia da atuação dos intelectuais no regime, dos 30 eleitos para a Academia Brasileira de Letras, entre 1930 e 1945, seis deles ocupavam postos no alto escalão do governo e outros doze chegaram a ocupar postos no primeiro escalão em suas respectivas áreas de atuação (MICELI, 1979). Entre todos os campos sociais, a educação foi, sem sombra de dúvidas, o lugar em que se deu a maciça presença dos intelectuais. Entre os anos de 1930 e 1934, a educação tornou-se uma verdadeira arena de disputa política, marcada por intensos debates ideológicos entre intelectuais militantes de uma ideologia conservadora – vinculada a cosmo-visão católica – e intelectuais renovadores defensores dos ideais da Escola Nova.

4.0. Considerações Finais

Este artigo buscou refletir e problematizar as experiências históricas de indivíduos que viveram em um período que é inegavelmente um marco para a história do Brasil e para a história da educação brasileira, pois foi marcado por intensas disputas ideológicas no campo educacional. Esta dialética dos valores mostrou de forma conflituosa o choque de visões de mundo, que se sustentavam em matrizes valorativas

distintas e opostas. Como a década de 30 foi marcada pela efervescência de grupos sociais que pretendiam chegar ou se perpetuar no poder a educação tornou-se uma esfera de valor de fundamental importância, pois poderia servir como mecanismo de produção de legitimação social para os diferentes grupos emergentes

Este texto representa um esforço intelectual de pensar este período a partir da idéia que coloca a educação como uma esfera de valor em litígio, marcada por disputas políticas e intelectuais intensas no interior do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como protagonista os intelectuais. Esta é uma reflexão profundamente tributária de outras pesquisas e não tem a pretensão de se apresentar como uma leitura única e inovadora do período, mas sim de contribuir para um debate que é amplo e complexo e que continuará inquietando muitos pesquisadores nos anos subsequentes.

REFERÊNCIAS

- BEIRED, José Luiz Bendicho. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo:EDUSP, 1999.
- BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 24- 39, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. (Tomo 3, Vol. II). p. 131-134.
- CUNHA, Luís Antônio. *A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas*. Brasília, DF: Editora UnB, 1980.
- CURY, Carlos R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez, 1986.
- ELISA P. Reis. *O Estado Nacional como Ideologia: o caso brasileiro*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1998.
- GOMES, Angela de Castro. *Capanema: o ministro e o seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- HOBSBAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977. (Tomo 3, Vol. II). p. 345-374.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933- 1974)*. São Paulo: Ática, 1978.

MICELI, Sérgio. *Conselho Nacional de Educação: esboço de análise de um aparelho de Estado*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Brasília, DF: Editora UnB, 1980. (Coleção Temas Brasileiros).

_____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 e 1930)*. São Paulo: Difel, 1979.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *A Construção da História Pátria: política educacional e literatura didática na Era Vargas (1930-1945)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

SANDES, Noé Freire. *A Invenção da Nação: Entre a Monarquia e a República*. Editora da UFG, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

_____. *Estado Novo um auto retrato*. Brasília, DF: Editora UnB, 1986.

_____. O intelectual e o poder: A carreira política de Gustavo Capanema. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. Brasília: Editora UnB, 1980. (Coleção Temas Brasileiros).

_____. *Tempos de Capanema*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva. ibericismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, 1997.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora UnB, 1999.